



# FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 1

**EDITAL Nº 21/2022 DE 12 DE ABRIL DE 2022**  
**ÓRGÃO: FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ**  
**PROCESSO Nº 41/2022**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2022**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Faculdade de Medicina de Jundiaí, por meio do Departamento da Administração, sediada na Rua Francisco Telles, 250 – Vila Arens – CEP 13202-550 – Jundiaí – SP, realizará licitação para a contratação de empresa para prestação de serviço de seguro com cobertura básica para os prédios ocupados pela Faculdade de Medicina de Jundiaí e de conteúdos para os bens móveis neles localizados, e equipamentos e móveis do Hospital Universitário da Faculdade de Medicina de Jundiaí, conforme especificações do Anexo II deste edital, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo Menor Preço Global, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018 do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como o Decreto nº 6.170 de 25 de julho de 2007 e a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº.507, de 24 de novembro de 2011.

As despesas decorrentes da presente licitação irão onerar a verba 51.01.12.364.0197.8511.3.3.90.39 (19) devidamente reservada.

Data da sessão: **29/04/2022**

Horário: 09:00 horas (**Horário de Brasília**)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

## 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para prestação de serviço de seguro com cobertura básica para os prédios ocupados pela Faculdade de Medicina de Jundiaí e de conteúdos para os bens móveis neles localizados e equipamentos e móveis do Hospital Universitário da Faculdade de Medicina de Jundiaí, conforme especificações do Anexo deste edital. **ATENÇÃO: as especificações constantes no Sistema Eletrônico contêm diferenças em relação às do Anexo II. Salientamos que as especificações que devem ser consideradas para efeito de Proposta e Documentação são as deste Edital.**
- 1.2. A licitação será de item único, conforme tabela constante do Termo de Referência.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço total por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus **Anexos** quanto às especificações do objeto.



# FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 2

## 2. DO CREDENCIAMENTO

- 2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 2.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP - Brasil.
- 2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 2.4. É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.
- 2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
  - 2.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 3.1. Poderão participar da licitação empresas brasileiras ou empresas estrangeiras em funcionamento no Brasil pertencentes ao ramo do objeto licitado, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 3.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:
  - 3.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
  - 3.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 3.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 3.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
  - 3.2.5. cooperativas;
  - 3.2.6. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação, exceto Licitantes em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, ficando estas condicionadas à apresentação de certidão positiva de recuperação judicial e de certidão de aptidão econômica e financeira emitida pelo juízo em que tramita a recuperação judicial;



# FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 3

- 3.2.7. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 3.2.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 3.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
  - 3.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
    - 3.3.1.1. a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
  - 3.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
  - 3.3.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
  - 3.3.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
  - 3.3.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
  - 3.3.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
  - 3.3.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 3.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## 4. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 4.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, **com exceção daqueles exigidos no item 7.6 e subitens, obrigatórios para empresas CADASTRADAS OU NÃO no SICAF**, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.



# FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 4

- 4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 4.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 4.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 4.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 4.7. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 4.8. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.9. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 4.9.1. Preço total, por item, em moeda corrente nacional, em algarismos, apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
  - 4.9.2. O valor deverá ser preenchido em no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula, relativas à parte dos centavos;
  - 4.9.3. A quantidade de unidades, observada a quantidade total fixada no Termo de Referência para cada item;
  - 4.9.4. **Prazo de entrega não superior a 60 (sessenta) dias corridos** após o recebimento da Autorização de Fornecimento;
  - 4.9.5. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, *a modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.*
- 4.10. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 4.11. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.



# FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 5

- 4.12. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.13. **O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 4.14. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário);
- 4.14.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. O Critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO TOTAL POR ITEM, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 5.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 5.3.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante;
- 5.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.3.4. Eventual pedido de desclassificação de proposta ou exclusão de lance deverá ser solicitado mediante justificativa, cabendo ao Pregoeiro deliberar sobre sua aceitação ou recusa.
- 5.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



# FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 6

- 5.6.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor do item e/ou grupo, conforme o caso, e deverá ser formulado em 02 (duas) casas decimais após a vírgula;
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances;
- 5.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de vantajosidade.
- 5.13.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.14. Poderá o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 5.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com o subitem anterior deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;
- 5.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.





# FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 7

- 5.17. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 5.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.**
- 5.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.**
- 5.22. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.22.1. **Caso o licitante, ao enviar seu lance, cometa qualquer tipo de erro, deverá informá-lo imediatamente por meio do endereço eletrônico: [licitacoes@fmj.br](mailto:licitacoes@fmj.br).**
- 5.23. Em relação aos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2011.
- 5.24. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.25. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.26. Caso a microempresa e empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.27. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.



# FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 8

- 5.28. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.29. Em caso de empate entre 2 (duas) propostas, serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os seguintes critérios de desempate, conforme art. 55 da Lei nº 13.303/2016:
- 5.29.1. Disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento;
- 5.29.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;
- 5.29.3. Os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 5.29.4. Sorteio.
- 5.30. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 5.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 5.31.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.31.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.32. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá solicitar que sejam sCAdos erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 5.33. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 5.34. Para efeito de julgamento, não serão consideradas vantagens não previstas no instrumento convocatório.

## 6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 6.1. Não será aceita a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 6.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites





# FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 9

mínimos, exceto quando se referirem a equipamentos e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

- 6.3. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.4. Se a proposta ou lance vencedor do primeiro colocado for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.6. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso e cuja amostra foi aprovada, quando for o caso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
  - 6.6.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
  - 6.6.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## 7. DA HABILITAÇÃO

- 7.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - 7.1.1. SICAF;
  - 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis](http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis));
  - 7.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
  - 7.1.4. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - [CADICON](#), mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
  - 7.1.5. Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP ([www.tce.sp.gov.br/apenados](http://www.tce.sp.gov.br/apenados));
  - 7.1.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



# FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 10

- 7.1.6.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.1.6.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.1.6.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 7.1.7. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.2. Não ocorrendo inabilitação, o Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto nos arts.10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
  - 7.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 7.3. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
- 7.4. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo máximo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.
  - 7.4.1. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados, ainda que haja alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 7.5. **Os licitantes que NÃO estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista e à Qualificação Econômico-Financeira, nas condições descritas adiante.**
  - 7.5.1. **Habilitação Jurídica:**
    - 7.5.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
    - 7.5.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
    - 7.5.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado



# FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 11

na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.5.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.5.1.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI;

7.5.1.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

## 7.5.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

7.5.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.5.2.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.5.2.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.5.2.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.5.2.5. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.5.2.6. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.5.2.7. mesmo que a documentação indicada nos subitens acima apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação, o licitante deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal.

## 7.5.3. Qualificação Econômico-Financeira:

7.5.3.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;



# FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 12

7.5.3.1.1. as empresas que estejam em recuperação judicial ou em recuperação extrajudicial deverão apresentar a documentação exigida no subitem 3.2.1 do Título 3 do Edital;

7.5.3.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

7.5.3.2.1. no caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

7.5.3.2.2. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

7.5.3.2.3. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

7.5.3.2.4. caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

7.5.3.2.5. a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

7.5.3.2.6. as empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou



# FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 13

o patrimônio líquido mínimo de 10% (DEZ POR CENTO) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

**7.6. As empresas, CADASTRADAS OU NÃO no SICAF, deverão apresentar, ainda, a seguinte documentação:**

**7.6.1. Qualificação Técnica:**

7.6.1.1. Comprovação de Registro/Habilitação da Seguradora para o exercício da atividade no ramo de seguro pertinente ao objeto da licitação, emitida pela Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda – SUSEP atualizada.

**7.6.2. Formulário do Anexo I deste edital, devidamente preenchido, em formato .DOCX ou .PDF pesquisável.**

**7.7. Os documentos relacionados nos itens 7.6.1 e 7.6.2 (exigidos para as empresas CADASTRADAS OU NÃO no SICAF) e demais documentos de habilitação relacionados nos itens 7.5.1, 7.5.2, 7.5.3 e subitens (necessários apenas para os licitantes que NÃO estiverem cadastrados ou que estejam com documentação vencida no SICAF), deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes concomitantemente com a Proposta, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload). Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail [licitacoes@fmj.br](mailto:licitacoes@fmj.br).**

7.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.7.2. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.7.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7.4. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**7.8. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.**

7.8.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de Habilitação.

**7.9. Uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a licitante será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor,**



# FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 14

comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

- 7.10. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
- 7.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 7.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 7.13. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 7.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.
- 7.15. Os documentos enviados pelo licitante que não tenham sido solicitados em edital ou pelo pregoeiro serão desconsiderados pela Administração, excetuando-se os casos de flagrante ilegalidade ou os que possam resultar em vantagem ao bem público.

## 8. DOS RECURSOS

- 8.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 8.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
  - 8.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
  - 8.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
  - 8.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.





# FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 15

8.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## 9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

9.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

9.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

9.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

9.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

9.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## 10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

10.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## 11. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

11.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

11.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.



# FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 16

- 11.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 11.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 11.3.1. a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
- 11.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 11.4. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

## 12. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 12.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos na Minuta do Contrato, anexa a este Edital.

## 13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 13.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas na Minuta do Contrato, anexa a este Edital.

## 14. DO PAGAMENTO

- 14.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas na Minuta do Contrato, anexa a este Edital.

## 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
- 15.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 15.1.2. apresentar documentação falsa;
- 15.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 15.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 15.1.5. não mantiver a proposta;
- 15.1.6. cometer fraude fiscal;
- 15.1.7. comportar-se de modo inidôneo;
- 15.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.



# FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 17

- 15.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 15.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 15.3.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 15.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 15.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 15.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 15.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 15.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 15.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 15.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 15.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 15.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 15.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.



# FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 18

15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Minuta de Contrato.

## 16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1. Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

16.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, **através do e-mail [licitacoes@fmj.br](mailto:licitacoes@fmj.br)**, ou por petição protocolada na **Faculdade de Medicina de Jundiaí, situada na Rua Francisco Telles, 250 – Vila Arens – Jundiaí – SP – CEP 13202-550, nos dias úteis, das 08:30 às 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas.**

16.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

16.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail [licitacoes@fmj.br](mailto:licitacoes@fmj.br).

16.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão disponibilizados no sistema eletrônico e entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

16.8. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos em até 2 (dois) dias úteis.

16.9. **No caso de recebimento, via e-mail, em horário estranho ao funcionamento oficial da unidade responsável pelo acompanhamento da licitação, os prazos estabelecidos nos subitens 16.3 e 16.8, começarão a correr no primeiro dia útil subsequente ao registrado na correspondência eletrônica.**

## 17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

17.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

17.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



# FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 19

- 17.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 17.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 17.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 17.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 17.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 17.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 17.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), e também poderão ser lidos no endereço **Rua Francisco Telles, 250 – Vila Arens – Jundiaí – SP – CEP 13202-550, nos dias úteis, das 08:30 às 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas**, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 17.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 17.14.1. ANEXO I - Declaração de Dados para Assinatura do Contrato;
  - 17.14.2. ANEXO II - Termo de Referência;
  - 17.14.3. ANEXO III - Minuta de Contrato.

**Profa. Dra. ANA CAROLINA M. DE CAMARGO**  
**Diretora em Exercício**



# FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 20

## ANEXO I

### DECLARAÇÃO DE DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

(ESTE ITEM DEVERÁ SER ENVIADO JUNTO COM A PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE VENCEDOR, EM FORMATO .DOCX OU .PDF PESQUISÁVEL, DE MODO A PROMOVER O ANDAMENTO DO CONTRATO)

Encaminho em atendimento ao **Edital 21/2022 - Pregão Eletrônico 04/2022**, os dados exigidos para assinatura do contrato:

### DADOS DO LICITANTE

- 1) Razão Social:
- 2) CNPJ:
- 3) Inscrição Estadual:
- 4) Inscrição Municipal:
- 5) Endereço da Empresa, CEP e Tels: fixo e Celular
- 6) Fax e E-mail
- 7) Nome do Representante, Cargo na Empresa e Profissão
- 8) Endereço Residencial e CEP e Tels: fixo e Celular
- 9) CPF
- 10) RG
- 11) Estado Civil
- 12) Nacionalidade

### DADOS BANCÁRIOS:

Nome do Banco:

Agência:

Conta Corrente:





# FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 21

## ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

**ATENÇÃO:** as especificações constantes no Sistema Eletrônico contêm diferenças em relação às do Anexo II. Salientamos que as especificações que devem ser consideradas para efeito de Proposta e Documentação são as deste Edital.

ITEM	DESCRIÇÃO																																																
01	<p>Contratação de empresa para prestação de serviço de seguro com cobertura básica para os prédios ocupados pela Faculdade de Medicina de Jundiaí e de conteúdos para os bens móveis neles localizados, e equipamentos e móveis do Hospital Universitário da Faculdade de Medicina de Jundiaí, conforme especificações abaixo:</p> <p><b>Local do Risco 01:</b> <b>FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ E ANEXOS</b> (Ambulatório, Atlética, Biotério, Quadra Poliesportiva e Estacionamento). Rua Francisco Telles, 250 – Vila Arens – Jundiaí – SP <b>Valor em Risco: R\$ 19.765.350</b></p> <table><tr><th>Riscos Cobertos</th><th>Valor</th><th>Franquias</th></tr><tr><td>Incêndio, inclusive decorrente de tumultos, queda de raio, explosão de qualquer natureza e implosão</td><td>19.765.350,00</td><td>15% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.400,00</td></tr><tr><td>Danos elétricos</td><td>1.100.000,00</td><td>10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.600,00</td></tr><tr><td>Impacto de veículos e queda de aeronaves</td><td>1.100.000,00</td><td>20% dos prejuízos com mínimo de R\$ 4.000,00</td></tr><tr><td>Responsabilidade Civil Operações</td><td>550.000,00</td><td>10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.000,00</td></tr><tr><td>Recomposição registros e documentos</td><td>11.000,00</td><td>10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.000,00</td></tr><tr><td>Roubo e/ou furto qualificado de bens mediante arrombamento</td><td>1.100.000,00</td><td>10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.000,00</td></tr><tr><td>Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça</td><td>550.000,00</td><td>10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.600,00</td></tr></table> <p><b>Local do Risco 02:</b> <b>FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ – UNIDADE 2</b> (Diretório Acadêmico) Rua Lobo de Resende, 100 – Vila São Bento – Jundiaí - SP <b>Valor em Risco: R\$ 7.000.000,00</b></p> <table><tr><th>Riscos Cobertos</th><th>Valor</th><th>Franquias</th></tr><tr><td>Incêndio, inclusive decorrente de tumultos, queda de raio, explosão de qualquer natureza e implosão</td><td>7.700.000,00</td><td>15% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.400,00</td></tr><tr><td>Danos elétricos</td><td>1.100.000,00</td><td>10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.600,00</td></tr><tr><td>Impacto de veículos e queda de aeronaves</td><td>1.100.000,00</td><td>20% dos prejuízos com mínimo de R\$ 4.000,00</td></tr><tr><td>Responsabilidade Civil Operações</td><td>550.000,00</td><td>10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.000,00</td></tr><tr><td>Recomposição registros e documentos</td><td>1.100.000,00</td><td>10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.000,00</td></tr><tr><td>Roubo e/ou furto qualificado de bens mediante arrombamento</td><td>770.000,00</td><td>10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.000,00</td></tr><tr><td>Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça</td><td>550.000,00</td><td>10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.600,00</td></tr></table>	Riscos Cobertos	Valor	Franquias	Incêndio, inclusive decorrente de tumultos, queda de raio, explosão de qualquer natureza e implosão	19.765.350,00	15% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.400,00	Danos elétricos	1.100.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.600,00	Impacto de veículos e queda de aeronaves	1.100.000,00	20% dos prejuízos com mínimo de R\$ 4.000,00	Responsabilidade Civil Operações	550.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.000,00	Recomposição registros e documentos	11.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.000,00	Roubo e/ou furto qualificado de bens mediante arrombamento	1.100.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.000,00	Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça	550.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.600,00	Riscos Cobertos	Valor	Franquias	Incêndio, inclusive decorrente de tumultos, queda de raio, explosão de qualquer natureza e implosão	7.700.000,00	15% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.400,00	Danos elétricos	1.100.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.600,00	Impacto de veículos e queda de aeronaves	1.100.000,00	20% dos prejuízos com mínimo de R\$ 4.000,00	Responsabilidade Civil Operações	550.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.000,00	Recomposição registros e documentos	1.100.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.000,00	Roubo e/ou furto qualificado de bens mediante arrombamento	770.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.000,00	Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça	550.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.600,00
Riscos Cobertos	Valor	Franquias																																															
Incêndio, inclusive decorrente de tumultos, queda de raio, explosão de qualquer natureza e implosão	19.765.350,00	15% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.400,00																																															
Danos elétricos	1.100.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.600,00																																															
Impacto de veículos e queda de aeronaves	1.100.000,00	20% dos prejuízos com mínimo de R\$ 4.000,00																																															
Responsabilidade Civil Operações	550.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.000,00																																															
Recomposição registros e documentos	11.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.000,00																																															
Roubo e/ou furto qualificado de bens mediante arrombamento	1.100.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.000,00																																															
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça	550.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.600,00																																															
Riscos Cobertos	Valor	Franquias																																															
Incêndio, inclusive decorrente de tumultos, queda de raio, explosão de qualquer natureza e implosão	7.700.000,00	15% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.400,00																																															
Danos elétricos	1.100.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.600,00																																															
Impacto de veículos e queda de aeronaves	1.100.000,00	20% dos prejuízos com mínimo de R\$ 4.000,00																																															
Responsabilidade Civil Operações	550.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.000,00																																															
Recomposição registros e documentos	1.100.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.000,00																																															
Roubo e/ou furto qualificado de bens mediante arrombamento	770.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.000,00																																															
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça	550.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.600,00																																															



# FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 22

## Local do Risco 03:

### FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ – UNIDADE 3

Rua Francisco Telles, 253 – Vila Arens – Jundiaí - SP

**Valor em Risco: R\$ 6.050.000,00**

Riscos Cobertos	Valor	Franquias
Incêndio, inclusive decorrente de tumultos, queda de raio, explosão de qualquer natureza e implosão	6.050.000,00	15% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.400,00
Danos elétricos	1.100.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.600,00
Impacto de veículos e queda de aeronaves	1.100.000,00	20% dos prejuízos com mínimo de R\$ 4.000,00
Responsabilidade Civil Operações	550.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.000,00
Recomposição registros e documentos	1.100.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.000,00
Roubo e/ou furto qualificado de bens mediante arrombamento	770.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.000,00
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça	550.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.600,00

## Local do Risco 04:

### CENTRO DE ESTUDOS FMJ – UNIDADE 4

Rua Jorge Zolner, 295 – Chácara Urbana – Jundiaí – SP

**Valor em Risco: R\$ 3.300.000,00**

Riscos Cobertos	Valor	Franquias
Incêndio, inclusive decorrente de tumultos, queda de raio, explosão de qualquer natureza e implosão	3.300.000,00	15% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.400,00
Danos elétricos	1.100.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.600,00
Impacto de veículos e queda de aeronaves	1.100.000,00	20% dos prejuízos com mínimo de R\$ 4.000,00
Responsabilidade Civil Operações	550.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.000,00
Recomposição registros e documentos	1.100.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.000,00
Roubo e/ou furto qualificado de bens mediante arrombamento	770.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.000,00
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça	550.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.600,00

## Local do Risco 05:

### HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA FMJ – SOMENTE EQUIPAMENTOS E MÓVEIS

Praça Rotatória S/N – Jd. Messina – Jundiaí – SP

**Valor em Risco: R\$ 3.300.000,00**

Riscos Cobertos	Valor	Franquias
Incêndio, inclusive decorrente de tumultos, queda de raio, explosão de qualquer natureza e implosão	3.300.000,00	15% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.400,00
Danos elétricos	1.100.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.600,00
Impacto de veículos e queda de aeronaves	1.100.000,00	20% dos prejuízos com mínimo de R\$ 4.000,00
Responsabilidade Civil Operações	550.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.000,00
Recomposição registros e documentos	1.100.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.000,00
Roubo e/ou furto qualificado de bens mediante arrombamento	770.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.000,00
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça	550.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.600,00

Na execução do objeto do contrato, obriga-se a CONTRATADA a:

- Cobrir os riscos derivados de incêndios, quedas de raios e suas consequências, explosão e danos elétricos;
- Emitir a apólice em até 15(quinze) dias úteis, após a retirada/recebimento da Nota de Empenho.



# FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 23

- No caso de sinistro, a Seguradora deverá prestar assistência no prazo, máximo, de 02 (duas) horas, contadas do comunicado feito pelo gestor do contrato designado pela FMJ;
- Nomear Preposto e disponibilizar para o Contratante todos os meios de contato existentes, como o nome, endereço, e-mail, telefone e fax;
- Iniciar a avaliação dos danos dos bens móveis e imóveis, até o primeiro dia útil seguinte ao recebimento do aviso do sinistro;
- Garantir o pagamento das indenizações previstas em contrato dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrega da documentação completa necessária para essa finalidade, de acordo com as normas estabelecidas pela SUSEP;
- Entregar ao Contratante a apólice de seguro no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a retirada/recebimento da Nota de Empenho;
- Não transferir a terceiros o presente contrato, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, bem como subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento expresso do Contratante;
- Guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento por força da contratação;
- Enviar de imediato o corretor responsável, em casos de sinistro, para que seja providenciada a documentação legal necessária à prestação dos serviços, incluindo assistência a terceiros;
- A indenização devida, em caso de sinistro, ficará limitada à importância segurada fixada na apólice e o reembolso deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a apresentação, à Seguradora, da documentação e laudos exigidos por lei;
- Atender às solicitações do CONTRATANTE, de forma rápida, consistente e lógica, quando chamada para avaliar e/ou ressarcir eventuais perdas em seus patrimônios móveis e/ou imóveis segurados, juntamente com o representante do CONTRATANTE,
- Arcar com todos os encargos sociais e trabalhistas previsto na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora, no que diz respeito aos seus empregados;
- Executar os serviços de seguros do patrimônio móvel e imóvel de forma a garantir sempre o máximo de resultados e provocar o mínimo de transtorno para o CONTRATANTE, quando forem acionados.

**Valor global estimado:** R\$ 38.461,39 (trinta e oito mil e quatrocentos e sessenta e um reais e trinta e nove centavos) pelo período de 12 meses de vigência do seguro.



# FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 24

## ANEXO III MINUTA DE CONTRATO

Processo n.º --/2022

Pregão Eletrônico n.º --/2022

CONTRATO N.º \_\_/2022

### MINUTA DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO COM COBERTURA BÁSICA PARA OS PRÉDIOS OCUPADOS PELA FMJ E EQUIPAMENTOS E MÓVEIS DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA FMJ, CELEBRADO ENTRE A FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ E A EMPRESA...

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado a **FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ**, Autarquia Municipal, criada por Lei Municipal nº 1506, de 12 de março de 1968, com CNPJ nº 50.985.266/0001-09 e reconhecimento federal por meio do Decreto nº 71656, de 04 de janeiro de 1973, neste ato representada pela sua Diretora em Exercício, Profa. Dra. **ANA CAROLINA M. DE CAMARGO**, doravante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa -----, CNPJ nº -----, Inscrição Estadual nº -----, situada na Rua, Bairro, Cidade, Estado – CEP -----, denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e contratado o seguinte:

#### 1. DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviço de seguro com cobertura básica para os prédios ocupados pela Faculdade de Medicina de Jundiaí e de conteúdos para os bens móveis neles localizados e equipamentos e móveis do Hospital Universitário da Faculdade de Medicina de Jundiaí, conforme especificações constantes em anexo deste contrato.
- 1.2. O Edital, seus anexos e a proposta da CONTRATADA fazem parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

#### 2. DAS DISPOSIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 2.1. A CONTRATANTE obriga-se a:
  - a) proporcionar todas as facilidades para o bom desempenho dos serviços contratuais.
  - b) assegurar-se da boa prestação e do bom desempenho dos serviços.
  - c) exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pelo licitante vencedor, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
  - d) efetuar o pagamento à empresa a ser contratada (Seguradora) de acordo com a proposta, os prazos e as condições estipuladas no Edital.
  - e) fornecer à Contratada, por escrito, as informações necessárias para o cumprimento do objeto contratado.



# FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 25

- f) acompanhar, coordenar e fiscalizar os serviços, anotando em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas nos trabalhos em execução, de forma a garantir o pleno cumprimento do Contrato.
- g) receber a apólice e atestar, desde que tenham sido realizados como determina o Contrato, encaminhar as Notas Fiscais/Faturas, devidamente atestadas, para pagamento no prazo estabelecido no contratado.
- h) notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada nos serviços, determinando que os refaça, sem ônus para Contratante, tantas vezes quanto necessárias, sempre que apresentarem incompatibilidade com o serviço contratado.

## 2.2. A CONTRATADA obriga-se a:

- a) cumprir fielmente o estipulado no Edital e seus Anexos, na sua proposta e, em especial:
- b) apresentar, sempre que solicitado pelo gestor do contrato, no prazo máximo estipulado no pedido, documentação referente às condições exigidas no instrumento contratual.
- c) a apólice de seguro deverá obedecer todas as normas que regem a prestação de serviços de seguro.
- d) prestar assistência total aos beneficiários, conforme proposta e especificações do Edital e seus anexos.
- e) disponibilizar, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana, o serviço de atendimento a solicitações do Contratante, durante todo o período de vigência do contrato.
- f) oferecer serviços de atendimento ao beneficiário, através de ligação telefônica gratuita (0800), com atendimento em língua portuguesa e/ou atendimento por endereço eletrônico.
- g) comunicar imediatamente, por intermédio do gestor do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do contrato.
- h) não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, qualquer informação de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento, prévio e por escrito, da CONTRATANTE.
- i) responsabilizar-se por todas as despesas com material, mão de obra, acidentes de trabalho, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, transportes, fretes, equipamentos, seguros, taxas, tributos, contribuições de qualquer natureza ou espécie, salários e quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução dos serviços contratados.

## 3. DO VALOR E DO PAGAMENTO

- 3.1. Pelo objeto antes contratado, a Faculdade pagará à Contratada, o valor de R\$ ----- (-----), após 05 (cinco) dias da entrega da apólice, mediante Nota Fiscal e aprovação da Faculdade.
- 3.2. Fica expressamente vedada qualquer pretensão de pagamento antecipado.



# FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 26

## 4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão por conta da verba número -----.

## 5. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 5.1. A vigência do objeto deste certame será realizada num prazo de 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos, após o recebimento da Autorização de Fornecimento e assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos e condições permitidos pela legislação vigente.
- 5.2. Em caso de prorrogação, este contrato será reajustado pelo índice do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, ou por outro que o substitua por imposição do governo, que terá como período de apuração a data de início e fim de vigência das apólices.
- 5.3. O contrato pode ser rescindido por qualquer uma das partes, a qualquer tempo, independente de justificação, sem prejuízo de indenização, mediante oferecimento de prévio aviso, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

## 6. DO RECEBIMENTO

- 6.1. O objeto da licitação será recebido:
  - 6.1.1. Provisoriamente, na execução do objeto, para efeito de verificação da qualidade e conformidade com o descrito na proposta;
  - 6.1.2. Definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento provisório.

## 7. DAS PENALIDADES

- 7.1. No caso de atraso na execução do objeto do presente convite, poderá ser aplicada além da advertência, uma multa, por dia corrido de atraso, no valor de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do item, limitado a 10 dias, ocasião em que começara a incidir a penalidade do item 7.2.
- 7.2. No caso de inadimplência parcial ou total do objeto do presente convite será aplicada ao proponente inadimplente a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do mesmo.
- 7.3. O montante da multa poderá, a critério da Faculdade de Medicina de Jundiaí, ser cobrado de imediato, ou compensado com valores de pagamento devido à contratada, independente de qualquer notificação.
- 7.4. Independentemente da apuração de responsabilidade e da incidência das multas previstas nos itens 7.1 e 7.2, a Faculdade poderá aplicar as demais penalidades previstas no artigo 77 e seguintes, da Lei Federal n.º 8.666/93, em decorrência de inadimplência contratual.

## 8. DA FISCALIZAÇÃO

- 8.1. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pelos fornecimentos dos materiais objeto deste contrato, cabe ao CONTRATANTE, através de seus servidores ou de





# FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 27

preposto formalmente designados, o direito de, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização do cumprimento do contrato.

- 8.2. Todas as solicitações, reclamações, exigências ou observações relacionadas com a execução do contrato que forem feitas pela CONTRATANTE à CONTRATADA, ou vice-versa, serão encaminhadas por escrito e registradas.
- 8.3. A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor representante da CONTRATANTE, Sr(a).-----.
- 8.4. O representante da CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.
- 8.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização, por parte do representante da CONTRATANTE, deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.
- 8.6. A CONTRATADA nomeia como seu representante, para dirimir questões inerentes as funções do Fiscal do Contrato Sr(a).-----.

## 9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9.1. Durante o prazo de garantia, o contratado obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer material que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio.
- 9.2. Incumbe ao contratado o ônus da prova da origem do defeito.
- 9.3. Conforme dispõe a lei em vigor, este convite poderá ser:
  - 9.3.1. Anulado, a qualquer tempo, por ilegalidade constatada ou provocada em qualquer fase do processo;
  - 9.3.2. Revogado por conveniência da Administração, por motivo superveniente, pertinente e suficiente para justificar o ato;
  - 9.3.3. Adiado, por motivo justificado.
- 9.4. O Contrato poderá ser rescindido nos casos e nas formas previstas nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Nº 8.666/93 e suas alterações.
- 9.5. Os esclarecimentos relativos a esta licitação será prestado nos dias úteis das 09:00 às 11:00 horas e das 15:00 às 17:00 horas no Departamento Administrativo no endereço contemplado no preâmbulo deste convite.
- 9.6. Os casos omissos no presente Convite, serão solucionados pela Comissão de Licitações.

## 10. DO FORO

- 10.1. Dos atos da Administração caberão recursos de acordo com o previsto no artigo 109 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações que poderão ser dirigidas a Diretoria da Faculdade de Medicina de Jundiaí, nos dias de expediente, no horário das 08:30 às 16:30 horas.



# **FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ**

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 28

E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas, para que produza os efeitos de direito.

**Profa. Dra. ANA CAROLINA M. DE CAMARGO**

**Diretora em Exercício**



# FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 29

## TERMO DE CIÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO

**Contratante: FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ**

**Contratada:**

**Contrato nº:**

**Objeto:** contratação de empresa para prestação de serviço de seguro com cobertura básica para os prédios ocupados pela Faculdade de Medicina de Jundiaí e de conteúdos para os bens móveis neles localizados e equipamentos e móveis do Hospital Universitário da Faculdade de Medicina de Jundiaí.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

### 1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

### 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:** \_\_\_\_\_



# **FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ**

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 30

## **AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome:

Cargo:

CPF:

## **RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:** FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: Carlos de Oliveira Cesar

Cargo: Secretário Executivo

CPF:

E-mail: [secexec@fmj.br](mailto:secexec@fmj.br)

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_



# FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

Autarquia Municipal criada por Lei Municipal nº 1506 de 12 de março de 1968 - CNPJ 50.985.266/0001-09  
Reconhecimento Federal Decreto nº 71656 de 04/01/1973

R. Francisco Telles, 250 - CEP: 13202-550  
Telefone: (11) 3395-2100 - Jundiaí - SP – Site: [www.fmj.br](http://www.fmj.br) – e-mail: [fmj@fmj.br](mailto:fmj@fmj.br)

PREGAO0422.DOC 31

## **DEMAIS RESPONSÁVEIS(\*):**

**Tipo de ato sob sua responsabilidade:**

**Nome:**

**Cargo:**

**CPF:**

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*